

Dedicatória	9
Agradecimentos	11
Introdução	13
1. A Família e a Tutela de Urgência	15
1.1. A importância da tutela de urgência no direito de família	15
1.2. A família brasileira	17
1.3. Tutela de urgência	27
1.3.1. Preâmbulo	27
1.3.2. Provimentos de urgência	31
1.4. Princípios constitucionais de Processo Civil	37
2. A Tutela Antecipada	45
2.1. Breves comentários da tutela antecipada	45
2.2. Natureza jurídica da antecipação de tutela	49
2.3. Requisitos para concessão da tutela antecipada	51
2.3.1. Prova inequívoca e verossimilhança da alegação	54
2.3.2. A correlação entre o pedido e a concessão da tutela antecipada.	58
2.3.3. A concessão parcial da tutela antecipada.	59
2.4. Discricionariedade ou obrigatoriedade	60
2.5. Requerimento da tutela antecipada expressamente pela parte e a responsabilidade civil do beneficiário em caso de revogação da medida	62

2.6. O momento da concessão da tutela antecipada	66
2.7. Fungibilidade	69
2.8. Efetivação da tutela antecipada	73
3. Medidas Cautelares	79
3.1. Breves considerações sobre procedimentos e requisitos nas cautelares	79
3.2. Poder geral de cautela do juiz	80
3.3. Requisitos gerais para ação cautelar	84
3.4. O prazo do art. 808 do CPC, com ênfase no direito de família	88
3.5. Provisoriamente	92
3.6. Contestação	94
3.7. Recurso	96
3.8. Caução	97
3.9. Reconvenção	99
3.10. Responsabilidade civil objetiva	100
3.11. Fungibilidade das cautelares	102
3.12. Competência no direito de família	105
3.12.1. Em razão da matéria	105
3.12.2. Competência territorial	109
3.13. Valor da causa	116
3.14. Honorários advocatícios	118
3.15. Processamento das cautelares nas férias	121
3.16. As questões envolvendo direito de família são protegidas pelo sigilo	122
3.16. Ministério Público	124
3.17. Ações cautelares na união estável	127
4. Cautelares Específicas no Direito de Família	131
4.1. Arresto	131
4.2. Seqüestro	136



4.3. Arrolamento de bens	141
4.4. Alimentos provisionais	147
4.4.1. Conceitos gerais	147
4.4.2. Alimentos provisionais no casamento	149
4.4.3. Os alimentos provisionais na união estável	152
4.4.4. Alimentos provisionais em ação de investigação de paternidade	156
4.5. Justificação	169
4.6. Posse em nome do nascituro	171
4.7. Cautelares do código civil	177
5. Tutela Antecipada em Direito de Família	183
5.1. Considerações gerais sobre tutela antecipada no direito de família	183
5.2. Alimentos	187
5.3. Exoneração de alimentos	191
5.4. Revisional de alimentos	200
5.5. Extinção de condomínio	205
6. Medidas Provisionais do Art. 888	209
6.1. Considerações gerais	209
6.2. Entrega de bens de uso pessoal	211
6.3. Posse provisória dos filhos	215
6.4. Afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais	222
6.5. Depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente ou induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral (art. 888, inc. V)	225

6.6. Afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal ou separação de corpos (art. 888, inc. VI)	228
6.6.1. Medida cautelar de separação de corpos na união estável	235
6.6.2. Separação de corpos na união homoafetiva	238
6.7. Guarda e educação dos filhos, com regulamentação do direito de visitas (art. 888, inc. VII)	239
6.7.1. O direito de visita e guarda aos avós	245
6.7.2. Guarda e regulamentação de visitas na relação homoafetiva	248
7. Conclusão	251
Apêndice	255
Jurisprudência	257
Bibliografia	271

